

ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO PARA PESSOAS EM PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE GÊNERO

CORDEIRO, Edivania¹
DE LUIZ, George Moraes²

RESUMO

Este estudo aborda a importância do acompanhamento psicológico para pessoas em processo de transição de gênero. Tal tema se destaca por apresentar o papel do psicólogo diante do contexto de mudança de sexo, partindo dos pressupostos éticos como ferramenta norteadora para atuação do psicólogo no acompanhamento psicológico. Tem-se por finalidade contribuir com estudos científicos para a divulgação do conhecimento a respeito da transição de gênero. Propicia-se, assim, a reflexão e o conhecimento acerca dos problemas e riscos sociais e psicológicos que podem ser desencadeados, para que assim se compreenda a relevância do acompanhamento psicológico durante e após o processo de transição de gênero a partir da singularidade de cada sujeito. Este trabalho utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica em perfil qualitativo, apresentando uma revisão sistemática dos temas estudados e, posteriormente, a análise desses dados indicam que há muito a ser investigado e discutido sobre a transição de gênero, buscando em estudos possibilidades de reflexões acerca do trabalho psicológico.

Palavras-chave: Psicologia. Transição de gênero. Acompanhamento psicológico

ABSTRACT

This study addresses the importance of psychological counseling for people in the process of gender transition. This theme stands out for presenting the role of the psychologist in the context of gender change, starting from the ethical assumptions as a guiding tool for the psychologist's performance in psychological counseling. Its purpose is to contribute scientific studies to the dissemination of knowledge about the gender transition. Thus, reflection and knowledge about the social and psychological problems and risks that can be triggered are proposed, so as to understand the relevance of psychological counseling during and after the process of gender transition based on the individuality of each subject. This work uses bibliographic research as a qualitative profile as a methodology, presenting a systematic review of the studied subjects and, later, the analysis of these data indicate that there is much to be investigated and discussed about the gender transition, searching in studies possibilities of reflections about the psychological work.

Keywords: Psychology. Gender transition. Psychological accompaniment

¹ Acadêmica do curso de Psicologia do Univag – Centro Universitário. E-mail: edivaniacordeiro23@gmail.com

² Professor titular do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande, doutor em Psicologia Social pela PUC-SP. E-mail: george.lui@univag.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Este estudo discute o acompanhamento psicológico de pessoas que estão em processo de transição de gênero, pensando no processo: antes, durante e depois. Frente à isso, considerando as possíveis consequências e riscos das transformações sofridas pelo sujeito, proporcionando uma contribuição do campo teórico, tanto no que se refere às reflexões críticas, quanto sinalizando para as formas de a psicologia ajudar o sujeito a passar pela redesignação sexual de maneira a diminuir o impacto sofrido a partir dessa construção nova para ela/e.

A transexualidade, na qual é entendida como disforia de gênero descrita no DSM-V, pela qual diz da condição do indivíduo que possui uma orientação sexual diferente do designado biologicamente, tendo como desejo de viver e ser aceito no sexo oposto (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

A transexualidade se define pela certeza que o sujeito expõe em ser alguém do sexo oposto ao seu sexo biológico, e por conta dessa certeza, busca modificar seu corpo por meio de várias técnicas, a exemplo da cirurgia de mudança de sexo e do uso de hormônios do sexo oposto (TEIXEIRA, 2007). Tal reconhecimento é tido como uma conquista da comunidade LGBT– Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – pela luta de seus direitos.

Pode-se entender que, sua compreensão de sujeito psíquico e biológico entram em uma dicotomia do ser, no que provoca na sociedade um desconforto por não se enquadrar nos padrões estabelecidos. Entre uma das dificuldades expressas pelos/as transexuais é ser encarada como um transtorno mental, categorizado pelo *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-IV) conforme sua definição é pronunciada.

A transexualidade é amplamente definida como um fenômeno cuja principal característica é o desejo de viver e ser identificado como pessoa do sexo oposto ao seu sexo biológico, e de ter seu corpo modificado para o sexo/gênero com o qual se identifica. Trata-se de um tipo de condição sexual admitida pela Medicina como uma entidade nosológica, denominada transtorno de identidade de gênero (VENTURA e SCHRAMM, 2009, p. 66)

Vieira (1998) explica que é de grande importância para o transexual se adequar o seu corpo da forma que lhe imagina ser psiquicamente, visto que percebe seu corpo como sendo desfragmentado, configurando-se como uma alternativa decisiva para a

recuperação do seu bem-estar e saúde. Todavia, outras questões como a integridade física é abalada, pelas questões jurídicas e sociais.

Tendo em vista que a busca da mudança física lhe traz conforto e bem-estar, mas também questões de desaprovação social e jurídico que não são previstos ao longo do processo de transição de gênero, percebe-se a grande importância do acompanhamento psicológico a essas pessoas para o auxílio ao enfrentamento das situações problema que vão surgindo, como:

[...] insuficiência de recursos financeiros, desvantagens de empregabilidade no mercado formal, crenças pessoais, incluindo a religião, pressões por parte dos familiares e cônjuge. Nessas ocasiões, o acompanhamento psicoterápico é uma estratégia de enfrentamento, como alívio para o sofrimento por permanecer em tal condição, ao menos até que estas questões possam ser equacionadas. (SAMPAIO e COELHO, 2012, p. 641)

Segundo Vieira (2000), a adequação de prenome deve ser feita ao fim de todo o procedimento de mudança de sexo, tendo em vista que no pré-operatório não se tem certeza da efetivação da mesma, sendo assim, após a operação, o transgênero continua seu processo de redesignação sexual passando de uma questão médica para a jurídica.

A adequação do Registro Civil, no que concerne ao prenome e ao sexo, é uma das últimas etapas a serem transpostas pelo transexual, a qual integra o tratamento. Neste momento sim, deverá o transexual recorrer ao Judiciário (VIEIRA, 2000, p. 95).

Dias (2011) apresenta a adequação do prenome como sendo de grande importância, até mesmo para aqueles que não irão passar pelo processo transsexualizador, visto que a mudança do nome está altamente ligada ao sentimento de pertencimento do sexo oposto, bem como, auxilia na redução de situações constrangedoras que intervêm de forma negativa na autonomia dos mesmos.

Este estudo visa a contribuir para a problematização da interlocução da Psicologia com os temas que tangem a população transexual. Nesse sentido, poderá se mostrar um instrumento potente para a compreensão da temática tanto para futuros psicólogos quanto para os profissionais atuantes na área das políticas públicas de atenção à referida população. Ele está organizado em temas que se interconectam de forma a discutir: O processo de redesignação sexual e o acompanhamento psicológico, e o papel do psicólogo no acompanhamento de pessoas após a transição de gênero.

2. METODOLOGIA

Partiu-se de uma pesquisa de metodologia qualitativa, afim de realizar um levantamento teórico e bibliográfico à luz da psicologia, transição de gênero e acompanhamento psicológico, em busca das possíveis atuações do psicólogo em acompanhamento psicológico a pessoas em processo de transição de gênero. As bases de dados utilizadas foram Scielo, PePSIC, Redalyc – o levantamento bibliográfico incidiu nos meses de março, abril e maio de 2017.

Tal pesquisa não busca o foco no senso numérico dos resultados e sim um aprofundamento dos estudos já produzidos em torno do tema proposto. Na pesquisa qualitativa não se utilizam de julgamentos e crenças, bem como, a negação do modelo positivista nos resultados derivados do meio social (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32).

Portanto, o resultado da pesquisa desse estudo é derivado da pesquisa bibliográfica de livros, artigos científicos, revistas e sites. Para a escolha das bibliografias foi utilizado como palavras-chave a *Psicologia*, *Transição de gênero* e *Acompanhamento psicológico*, que são palavras de maior destaque nesse artigo.

Procurou-se abranger uma maior especificidade e alcance na coleta, tendo seu recorte temporal o período de 1998 a 2012, no que resulta de uma maior procura por esse tema nos últimos tempos, logo, percebe-se também através dessa procura, um aumento de preocupação entre as áreas da psicologia, do direito e áreas médicas. Todavia, foi possível notar um déficit de estudos acerca do acompanhamento psicológico, bem como as possíveis intervenções e atuação profissional por parte do psicólogo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O conceito analítico de Ética: da filosofia à psicologia

Ao pesquisar os conceitos que elucidam o sentido da palavra ética, retornamos aos primórdios passados dos ensinamentos antigos de um período em que o homem

começou a coexistir na sociedade, trazendo consigo diversas reflexões e pensamentos sobre sua existência e a existência das relações com o outro. A partir do momento que a convivência em grupo foi sendo constituída, os indivíduos começaram a desenvolver normas de comportamento e convívio para viver em sociedade, através disso surgiu a ética, onde os valores perpassam até os dias atuais de uma forma dinâmica e reflexiva.

Em conformidade com Egg (2007), a palavra “Ética” tem sua origem grega de Ethos, concernente ao modo de ser do indivíduo ou ao caráter do ser humano. Ainda conforme a autora na Grécia antiga os filósofos gregos foram os pioneiros a pensar a definição de ética, tendo como princípio a ideia de moral e cidadania.

Sócrates, Platão e Aristóteles são os pensadores gregos mais referenciados sobre a construção da denominação do que vem ser a ética, de uma forma geral ambos pregavam que o comportamento dos indivíduos teria que ser direcionado ao equilíbrio evitando assim a falta de ética. Esses intelectuais declamavam a virtude, a estreiteza moral e outras atitudes voltadas para a ética (EGG, 2007, p.6).

A ética pode ser denominada como um estudo teórico voltado à filosofia frente às ações humanas, validando o que é moralmente considerado bem ou mal, certo ou errado de acordo com cada costume, comportamento e cultura.

Tradicionalmente ela é entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas. Mas também chamamos de ética a própria vida, quando conforme aos costumes considerados corretos. A ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento (VALLS, 1994, p.7).

Embora a palavra ética apresenta uma definição concreta sobre o estudo das ações do comportamento humano, ela acaba muitas vezes sendo confundida com o conceito de moral.

O significado etimológico de *moral* e de *ética* não nos fornecem o significado atual dos dois termos, mas nos situam no terreno especificamente humano no qual se torna possível e se funda o comportamento moral: o humano como o adquirido ou conquistado pelo homem sobre o que há nele de pura natureza. O comportamento moral pertence somente ao homem na medida em que, sobre a sua própria natureza, cria esta segunda natureza, da qual faz parte a sua atividade moral (VÁSQUEZ, 2002, p. 07).

Vasquez (2002) explica a relação entre a ética e a moral, ressaltando que ambas, apesar de estarem relacionadas, não podem ser confundidas, já que a moral é imposta na sociedade através dos princípios, normas e regras de comportamento, enquanto a ética é uma ciência do comportamento moral dos homens em um contexto social, visando explicar não só a moral, mas também a sua essência de origem. Deste modo, é importante destacar que a moral não é uma ciência, mas sim um objeto estudado e investigado por ela.

Posteriormente, feito esse contexto histórico sobre a origem da ética no campo da filosofia, é interessante notar que, apesar do seu surgimento em um período antigo a ética ainda se faz presente nos tempos atuais, ela se torna mais dinâmica no sentido de que ao passar dos anos sofre várias modificações, mas claro não perdendo sua essência enquanto uma ciência que vai estudar o comportamento dos seres humanos.

A ética está presente em todos os lugares no nosso dia-a-dia, no trabalho, na escola, na família e ela é necessária para o direcionamento da conduta humana, ela está ligada diretamente ao caráter e a liberdade humana. Parando para analisar, ela não só regula toda uma sociedade como também é essencial para a constituição de diversas profissões.

O objeto da Psicologia foi sendo constituído e formado por um conjunto das práticas sociais. Ao que se refere à ética na psicologia, ela se encontra inclusa na própria teorização psicológica, não sendo algo que se acrescente a posteriori a ela.

O código de ética do psicólogo auxilia na conduta de suas ações de maneira que priorize o bem-estar do ser humano acima de tudo, com base nos princípios do respeito, na promoção da liberdade, da dignidade, Igualdade e da integridade dos sujeitos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2014).

É através da Ética que há reflexão e compreensão das singularidades, sendo que ela faz um apelo à criatividade humana, à liberdade e à espontaneidade, sendo assim faz o profissional de psicologia ver o seu paciente como pessoa, um ser de relação com o mundo, um ser singular que está à procura de uma compreensão e busca nos profissionais de psicologia uma direção, ajuda e orientação para o seu autoconhecimento (CAMÕES; OLIVEIRA, 2002).

É de grande importância que o profissional de psicologia tenha como ênfase em seus atos e deveres profissionais quatro pressupostos: Liberdade, Conhecimento, Ato Humano e a Responsabilidade, a ética é um princípio que se eficaz dentro de uma

profissão e sendo desempenhada de forma correta haverá benefícios tanto para quem pratica como para quem recebe (CAMÕES; OLIVEIRA, 2002).

O psicólogo conforme o código de ética (CFP, 2014) deve considerar as relações as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios do seu código, ou seja, não basta apenas o psicólogo possuir um código que o respalda, mais é essencial que a partir do seu código o psicólogo possa adotar uma postura capaz de questionar, refletir, compreender e criticar de forma sadia assunto que se desenvolvem na sociedade de um modo geral, não perdendo é claro a essência dos princípios e deveres que o psicólogo deve ter consciência.

É notório também, que apesar da ética perpassar todos os campos tanto filosófico como psicológico, ela traz consigo não só formas de conduta, mas também deixa explícita as consequências que podem ser dotadas caso alguma conduta saia fora do eixo. Caso algum psicólogo ultrapasse os preceitos descritos no código de ética é cabível a aplicação de penalidades para o profissional podendo ser elas: a) Advertência; b) Multa; c) Censura pública; d) Suspensão do exercício profissional, por até 30 (trinta) dias, *ad referendum* do Conselho Federal de Psicologia; e) Cassação do exercício profissional, *ad referendum* do Conselho Federal de Psicologia.

Portanto, a ética é importante não só para manter a ordem da sociedade de uma forma geral, mas serve também para respaldar todas as profissões existentes, no sentido de contribuir, direcionar e auxiliar no manejo das práticas existentes, visando acima de tudo o melhor para todos os seres humanos. Desse modo para a atuação no contexto do acompanhamento psicológico no processo de transição de gênero faz-se necessário a atuação profissional baseadas na ética.

3.2 O acompanhamento psicológico orientado pela ética profissional – principais desafios

A psicologia enquanto ciência e profissão propõe o acompanhamento psicológico em diversos contextos, bem como em processo de transição de gênero. Tal atuação, o Conselho Federal de Psicologia se posiciona contribuindo ao Ministério do Trabalho explicando que o Psicólogo:

Atua na área específica da saúde, colaborando para a compreensão dos processos intra e interpessoais, utilizando enfoque preventivo ou

curativo, isoladamente ou em equipe multiprofissional em instituições formais e informais. Realiza pesquisa, diagnóstico, acompanhamento psicológico, e intervenção psicoterápica individual ou em grupo, através de diferentes abordagens teóricas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1992, s/p).

Partindo das disposições acerca da atuação do psicólogo perante o acompanhamento psicológico, o *Código de Ética Profissional do Psicólogo*, aponta que, deve ser vedado a prática profissional baseada na indução de “[...] convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais” (Art. 2º, b, 2014. p. 9).

Em seus princípios fundamentais:

O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2014, p, 7)

Entende-se que o psicólogo no tocante da atuação profissional, deve assumir uma posição ética, sem deixar que suas particularidades interfiram ou norteiem seu trabalho, devendo desse modo, considerar a subjetividade de cada um, acolhendo e procurando junto ao paciente um caminho que lhe promova o seu bem-estar psíquico diante dessa nova realidade que o procedimento cirúrgico trará para o sujeito.

Silva (2012) relata que ainda há poucos recursos da Psicologia Social voltada para os direitos da comunidade LGBT, visto que, a batalha contra a homofobia e os direitos dos transgêneros não dependem apenas do apoio da comunidade LGBT e da classe dos psicólogos, depende também das políticas públicas.

Governos estaduais e municipais também realizaram conferências regionais e locais, além de abrir canais de empoderamento político dos coletivos LGBT mais significativos, fato que aponta para um incremento real da capacidade dessa população em atuar afirmativamente e, agora, também do interior de espaços institucionais de poder (SILVA, 2012, p. 132)

Para realizar a mudança de sexo, é necessário passar por um longo processo até a sua aprovação, além de submeter-se à algumas intervenções médicas, jurídicas e psicológicas. O Sistema Único de Saúde (SUS) já realiza operações dessa categoria, no entanto, segundo informações do Ministério da Saúde:

Para a realização dos procedimentos transexualizadores pelo SUS, os candidatos necessitam se submeter à avaliação e acompanhamento de uma equipe multidisciplinar por, no mínimo, dois anos. A Resolução do CFM nº 1.955/2010 autorizou as cirurgias de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia³ e neofaloplastia⁴, e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários, como tratamento dos casos de transexualismo, sendo que a neofaloplastia ainda possui caráter experimental, por apresentar algumas dificuldades técnicas (BRASIL, 2010, *Apud* SAMPAIO e COELHO, 2012, p. 641)

É importante ressaltar que nem todos os transgêneros possuem condições médicas para submeter a cirurgia pela complexidade da mesma, além de aguardar por um longo período de espera no SUS devido ao número bastante limitado de centros disponíveis no país. Existe a possibilidade de realizar a cirurgia em hospitais particulares, mas é de custo financeiro bastante elevado e a maioria não possuem condições de custeá-la. (SAMPALIO e COELHO, 2012)

Sampaio e Coelho (2012) em suas entrevistas, relatou que os transgêneros em entrevista disseram sobre a importância do acompanhamento psicológico para auxiliar na tomada de decisões ao se tratar da cirurgia de mudança de sexo e as mudanças no corpo, apontam também a necessidade do acompanhamento antes e principalmente depois da cirurgia.

A importância do Psicólogo em processo de transição de gênero também tem sido apontada pela Medicina, aos quais afirmam que o psicólogo deve compor à equipe multidisciplinar no acompanhamento aos transexuais que buscam o serviço, como descrito pelo Conselho Federal de Medicina na resolução nº 1.652 de 2002:

A seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, obedecendo os critérios abaixo definidos, após, no mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto: 1. Diagnóstico médico de transgenitalismo; 2. Maior de 21 (vinte e um) anos; 3. Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia (**Art. 4º**).

Natividade (2011) explica que o país passa por um momento de construção política, visando a redução do preconceito contra a comunidade LGBTT. Ainda é recente a discussão sobre a orientação sexual nas bancas políticas, no entanto, a luta

³ Cirurgia de troca do órgão genital masculino para o feminino

⁴ Cirurgia de troca do órgão genital feminino para o masculino

vem construindo relevantes transformações de uma sociedade mais democrática e humanitária.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O processo de redesignação sexual e o acompanhamento

A descrição do processo de redesignação sexual está orientada nesse texto pela Portaria Nº 457, de agosto de 2008 do Ministério da Saúde, onde apresenta detalhadamente cada procedimento, desde o início, levando em consideração a procura pela demanda até o pós-cirúrgico. Esse processo é respaldado pelo Sistema Único de Saúde – SUS, e todo transgênero em território brasileiro tem direito de utilizar esse serviço.

Como grande parte dos processos jurídicos são burocráticos, a redesignação sexual não é diferente, o sujeito que procura esse serviço passa por longos períodos de “investigações” por parte da equipe médica que o acompanha, buscando confirmar se o sujeito realmente deseja realizar tal mudança em seu corpo, sabendo que são procedimentos complexos, envolvendo aspectos biológicos, psicológicos e sociais.

Vieira (2000) explica que no acompanhamento ao paciente, é importante uma equipe multidisciplinar com profissionais especializados no contexto de mudança de gênero.

Tal quadro deve ser composto por, pelo menos, um endocrinologista, um psiquiatra, um psicólogo e um cirurgião plástico, os quais analisarão o grau de feminilidade ou masculinidade do paciente. Assim, o papel do psicólogo é importantíssimo na indicação ou não para a cirurgia, bem como no pós-operatório (VIEIRA, 2000, p. 90-91)

De acordo com o *Anexo III* da portaria, o primeiro passo para realizar a redesignação sexual em um usuário será através do acolhimento. A pessoa que procurar o sistema de saúde por não se sentir pertencente ao sexo atribuído ao nascimento e ter o desejo de fazer a redesignação sexual, será acolhido primeiramente por um psicólogo e posteriormente por outro profissional da equipe, se submetendo à uma avaliação inicial e anamnese em um ambulatório ou hospital credenciado e habilitado como Unidade de Atenção Especializada no Processo Transexualizador (BRASIL, 2008).

Além disso, o acolhimento também possui algumas possibilidades de encaminhamentos, uma delas é o encaminhamento imediato para o médico

especializado da unidade para usuários que já estão fazendo o uso de hormônios sem acompanhamento médico. É feito também o encaminhamento para a psiquiatria quando o usuário apresenta uma psicodinâmica condizente com outros diagnósticos psiquiátricos, por título de diagnóstico diferencial. Caso seja identificado algum aspecto de ambiguidade no discurso do usuário em relação ao seu diagnóstico de transexualismo. Desse modo, poderá ser encaminhado ao serviço que melhor lhe atender, ficando à critério da equipe multiprofissional (BRASIL, 2008).

O segundo passo é o acompanhamento terapêutico, no qual é realizado pela equipe multiprofissional que avalia três dimensões: psíquica, social e médico-biológica. É orientado também por um documento (formulário para acompanhamento terapêutico de transexuais) que possibilita inteirar-se de alguns aspectos necessários para perceber no sujeito a relação que o mesmo vivencia diante das mudanças em seu corpo, então é avaliado os fatores emocionais de: Autoestima, autoimagem corporal, elaboração de aspectos conflituosos da infância e adolescência, síndrome ansiógena e síndrome de angústia pós-cirúrgica (BRASIL, 2008).

O formulário também avalia os aspectos psicossociais envolvidos durante esse processo como: Inserção no mercado de trabalho, vivência social da feminilidade ou masculinidade, mudanças físicas, sociais e psicológicas após a cirurgia e a vivência familiar. É necessário que esses aspectos citados sejam visualizados, discutidos e avaliados pelas diversas áreas da equipe multiprofissional visando a integração da equipe no caso e proporcionando um diagnóstico mais fidedigno e preciso (BRASIL, 2008).

Percebe-se que a triagem precisa ser rigorosa ao ponto de responsabilizar a indicação do psicólogo quanto a necessidade de realizar a cirurgia. É de grande importância o papel do mesmo, levando em consideração que após a efetivação da cirurgia não há como voltar atrás.

Uma das atribuições do psicólogo durante o acompanhamento terapêutico também é fazer o acompanhamento psicoterapêutico e a avaliação psicodiagnóstica juntamente com um psiquiatra acompanhando o usuário em sua tomada de decisões em relação à cirurgia diante das condições envolvidas nesse processo. O psicodiagnóstico também contribui para os elementos a serem trabalhados em psicoterapia juntamente com o usuário.

O terceiro e o quarto passo dizem respeito ao fluxo de encaminhamento e indicações de cirurgia de transgenitalização, que serão condutas a serem adotadas

após se obter conteúdos suficientes em relação ao procedimento indicado ao usuário (devidamente esclarecido) e o local a ser realizado a cirurgia – caso haja necessidade de cirurgia, visto que, nem todos os processos terminam em procedimento cirúrgico (BRASIL, 2008).

O quinto e último passo trata-se da atenção continuada. O SUS traz como exigência ao sistema de saúde, o acompanhamento por 2 anos após todo o procedimento cirúrgico, visto que, alguns efeitos podem vir surgindo no corpo decorrente dessa mudança radical, interferindo na qualidade de vida e adaptação do sujeito à essa nova realidade. O tratamento hormonal também possui seus efeitos, é dever da equipe observar os danos que podem causar na saúde do sujeito, para evitar diagnósticos de doenças futuras. A portaria deixa claro que esse acompanhamento pode se manter por tempo indeterminado caso haja necessidade. O tratamento psicológico pós-cirúrgico também possui sua grande importância nesse processo, portanto o SUS disponibiliza ao usuário, o direito de ser acompanhado mesmo não havendo mais vínculo com os programas de atenção (BRASIL, 2008).

4.2 O papel do psicólogo no acompanhamento de pessoas após a transição de gênero.

Retomando à postura ética, não compete ao psicólogo induzir qualquer tipo de convicção ou valores pessoais (CFP, 2014). Quando se trata do papel do psicólogo nesse contexto de acompanhamento psicológico a pessoas em transição de gênero, sua atuação se volta para o acolhimento desse sujeito, proporcionando uma escuta diferenciada das demais especialidades da equipe, que na maior parte do processo estarão implicados nas funções técnicas. Não cabe ao psicólogo entrar em uma lógica investigativa dos aspectos relacionados à sua decisão sobre a mudança de sexo. Cabe acolhê-lo, proporcionando uma escuta empática, entendendo que para o sujeito aquilo é muito importante e fará parte de sua história. Conforme é apontado:

4. É objetivo da assistência psicológica a promoção da qualidade de vida da pessoa por meio do acolhimento e do apoio, a partir da compreensão de que a transexualidade e outras vivências trans são algumas das múltiplas possibilidades de vivência da sexualidade humana. [...] 6. O acompanhamento psicológico, requerido pelo Ministério da Saúde, deve basear-se no acolhimento, e/ou na escuta e/ou na avaliação psicológica, quando necessário, ao longo de todo o processo Transexualizador (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans).

Um dos aspectos envolvidos no acompanhamento que deverão ser trabalhados é a reinserção social do sujeito, pois o impacto dado à mudança no corpo é grande em níveis sociais, levando em consideração a relação familiar, conjugal, civil e trabalhista.

Nossa sociedade ainda reproduz muito preconceito ao grupo LGBTTT, o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo todo⁵, e esse é um dos desafios da psicologia, trabalhar possíveis questões de medo assolado a essas práticas de transfobia, buscar condições de um enfrentamento voltado para a promoção da sua saúde mental, entendendo que um dos efeitos da mudança de sexo é a busca por saúde e qualidade de vida.

Inúmeros fatores podem e devem ser trabalhados nesse presente momento da vida do transexual, mas cabe também ressaltar que a psicologia é uma ciência de nível psicológico, portanto, devemos levar em consideração a subjetividade de cada sujeito, sabendo que, nem sempre as demandas se alongam por muito tempo. Não há acompanhamento se o sujeito se diz viver tranquilo com suas escolhas, é a palavra dele que vale, não cabe uma imposição de tratamento psicológico há quem não quer, ou até mesmo, não necessita.

O código de ética profissional do psicólogo é claro:

Art. 2º Ao Psicólogo é vedado: l) induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços; n) prolongar, desnecessariamente, a prestação de serviços profissionais (CFP, 2014, p. 09-10).

Por fim, entende-se que o psicólogo busca recursos para auxiliar o sujeito em todo esse processo como uma profissão regulamentada e requisitada para tal trabalho, mas o compromisso que deve ser firmado é muito maior que trabalhar em um ambiente institucional, devemos batalhar juntos, a favor de uma vida digna para essas pessoas, lutando contra o preconceito, a discriminação e reprodução de práticas que desapontam os Direitos Humanos, além de buscar promover a inclusão, esse é um dos papéis fundamentais do psicólogo nesse contexto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁵ Pesquisa realizada pela ONG Transgender Europe (TGEU). (FONTE: <https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/272290124/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e-transexuais>)

O presente trabalho teve por objetivo o acompanhamento psicológico para a população transgênero, identificando a partir de estudos bibliográficos, como ocorre esse processo. Descreveu-se quais os aspectos que compõem o acompanhamento psicológico, e por fim destacou-se o papel da psicologia na construção de instrumentos de apoio ao grupo estudado, no sentido de possibilitar um acolhimento adequado e cuidadoso entre os sujeitos nessa situação.

Refletiu-se em como o acompanhamento psicológico pode intervir de forma em que o sujeito entenda a complexidade que se dá um procedimento cirúrgico, sendo que o tratamento para a mudança de sexo é complexo e exaustivo, envolvendo um processo longo de perícias médicas, acompanhamento psiquiátrico e psicológico para verificação se está apto para tal procedimento de transgenitalização. Enfatizando na importância do fazer do psicólogo diante do pré e pós-operatório, apresentando como uma assistência fundamental diante das mudanças que o sujeito irá passar, possibilitando um espaço para compreensão durante a experiência do processo de transgenitalização.

Diante dos estudos sistematizados, verificou-se o intenso caminho que a transexual percorre diante do processo de transição, enfrentando obstáculos psíquicos e sociais, frente à busca de compreender seu desejo como pessoa.

Perante a complexidade do contexto, sendo de suma importância, porém, ainda pouco explorada em nosso meio, identificou uma grande dificuldade em encontrar literatura científica sobre a atuação do psicólogo, na qual sabe-se que os impactos psicológicos se dão em grandes proporções, assim, exigindo uma maior compreensão sobre o assunto, fornecendo elementos saudáveis para o aprimoramento da assistência psicológica oferecida a tal população. Apesar do aumento de pacientes em busca do procedimento cirúrgico, há poucos profissionais que trabalham diante de tal assunto.

Espera-se que através das reflexões críticas e produção de conhecimento aqui levantado, se torne um compilado de informações úteis para a prática profissional do psicólogo, fornecendo melhorias no acolhimento e atendimento, buscando avanço nas pesquisas e realizar publicações de maneira a promover melhorias para ampliar o entendimento do fenômeno estudado.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 457**, de 19 de agosto de 2008 que define as Diretrizes Nacionais para o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução n. 1.652**, Brasília-DF. 2002. Disponível em: www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1652_2002.htm

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Atribuições profissionais do Psicólogo no Brasil. **Catálogo Brasileiro de Ocupações**, 1992. Disponível em: site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética profissional do Psicólogo**. CFP, Brasília-DF, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf>

CAMÕES, Cristina; OLIVEIRA, Maria de Fátima. **A ética na avaliação psicológica uma perspectiva psico-filosófica**. Disponível em: www.psicologia.com.pt, 2002. Acessado em fevereiro de 2018.

DIAS, Driely Gimenez. Transexual: possibilidade de retificação do prenome no assento de registro civil, em face da não realização da cirurgia de redesignação de sexo. **“DIREITO E DIREITOS”**, v. 1, n. 1, 2011.

EGG, R. F. R.. **Ética nas Organizações**. IESDE, 2007. 83p.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Mesa: **Psicologia, laicidade e diversidade sexual**. In: Conselho Federal de Psicologia. **Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos**. Biblioteca Dante Moreira Leite, DF, 1ª edição, 2011.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra. Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. **Saúde soc.** vol.21, n.3, pp.651-667. 2012.

TEIXEIRA, Marina Caldas. Mudar de sexo: uma prerrogativa transexualista. **Psicologia em Revista**, v. 12, n. 19, p. 66-79, 2006.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. **ÉTICA**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VENTURA, Miriam; SCHRAMM, Fermin Roland. Limites e possibilidades do exercício da autonomia nas práticas terapêuticas de modificação corporal e alteração da identidade sexual. **Physis (Rio J.)**, v. 19, n. 1, p. 65-93, 2009.

VALLS, L. M. A. **O que é ética**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Mudança de sexo: aspectos médicos, psicológicos e jurídicos. **Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, v. 6, n. 21, 1998.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Adequação de sexo do transexual: aspectos psicológicos, médicos e jurídicos. **Revista Psicologia-Teoria e Prática**, v. 2, n. 2, 2000.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

SILVA, Alessandro Soares da. Memória, Consciência e Políticas Públicas: as Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas públicas inclusivas. **Revista Electrónica de Psicología Política**, v. 9, n. 27, p. 127-158, 2011.

SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Avila Dantas. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 42, 2012.